

Boletim do Trabalho e Emprego

32

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 20\$00

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 58	N.º 32	P. 1685-1692	29 · AGOSTO · 1991
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	--------------	--------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Convenções colectivas de trabalho:

	Pág.
— CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras	1687
— CCT entre a APOMEPA — Assoc. Portuguesa de Médicos Patologistas e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras	1689
— ACT entre a VIALGARVE — Diversões, Excursões e Desportos, L. ^{da} , e outras e o Sind. dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante (excursões marítimas turísticas) — Alteração salarial	1690



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FETESE Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras

Cláusula 29.^a

Duração diária e semanal do trabalho

- 1 —
- 2 —
- 3 — Para os trabalhadores admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1992 extingue-se o horário de quarenta e quatro horas em seis dias de trabalho semanal.

Cláusula 63.^a

Subsídio de línguas

1 — Os profissionais de hotelaria e telefonistas que no exercício das suas funções utilizem conhecimentos de idiomas estrangeiros em contacto directo ou telefónico com o público, independentemente da sua categoria, têm direito a um subsídio pecuniário de 3100\$ por mês por cada uma das línguas francesa, inglesa ou alemã, salvo se qualquer destes idiomas for o da sua nacionalidade.

- 2 —
- 3 —
- 4 —

Cláusula 64.^a

Abono para falhas

Aos controladores-caixas que movimentem regularmente dinheiro, aos caixas, aos tesoureiros, aos cobradores e aos trabalhadores que os substituem nos seus impedimentos prolongados será atribuído um abono para falhas correspondente a 3900\$.

Cláusula 73.^a

Retribuição mínima dos extras

1 — O pessoal contratado para os serviços extras será remunerado pela entidade patronal contratante e receberá as remunerações mínimas constantes da tabela seguinte:

Chefe de mesa — 4400\$;
Chefe de bar — 4400\$;
Chefe de pasteleiro e primeiro-pasteleiro — 4400\$;
Chefe de cozinha — 4400\$;
Primeiro-cozinheiro — 4100\$;
Empregado de mesa e bar — 3900\$;
Todos os outros profissionais — 3900\$.

- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

Cláusula 76.^a

Direito a alimentação

1 — Todos os trabalhadores têm direito a alimentação, que será prestada, segundo a opção da entidade patronal, em espécie ou através de um subsídio mensal de 11 400\$ no caso de estabelecimento que forneça refeições cozinhadas.

2 — Quando a alimentação for prestada em espécie, o seu valor pecuniário para todos os efeitos do presente contrato será de 3200\$. Nos restantes estabelecimentos que não tenham serviço de restaurante o subsídio de refeição mensal será de 5300\$.

Cláusula 79.^a

Valor pecuniário da alimentação

1 — As refeições avulsas que não possam ser tomadas serão pagas aos trabalhadores pelos valores mínimos seguintes:

- a) Pequeno-almoço — 220\$;
- b) Ceia simples — 360\$;
- c) Almoço, jantar ou ceia completa — 710\$.

III — Garantias de aumento mínimo

1 — É garantido a todos os trabalhadores um aumento mínimo, a partir de 1 de Janeiro de 1991, sobre a respectiva remuneração pecuniária de base se da aplicação da tabela salarial anexa lhes resultar um aumento inferior ao constante do número seguinte ou não resultar qualquer aumento.

2 — O valor de aumento mínimo garantido referido no número anterior é de:

- 4100\$ para os trabalhadores das empresas dos grupos I e II;
- 3600\$ para os trabalhadores das empresas dos grupos III e IV;
- 2600\$ para os trabalhadores aprendizes e estagiários de quaisquer dos grupos.

IV — Produção de efeitos

As presentes alterações produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1991.

V — Vigência de revisão

1 — O presente CCT terá a duração máxima de 12 meses.

2 — Poderá ser denunciado decorridos 10 meses sobre a data de produção de efeitos da tabela salarial. A nova tabela salarial e as alterações à matéria pecuniária produzirão efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1992.

ANEXO III

Tabela de remunerações mínimas

A) Unidades e estabelecimentos hoteleiros e campos de golfe (incluem e abrangem pensões e similares)

(Período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1991)

Níveis	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
A	130 000\$00	128 100\$00	113 700\$00	113 300\$00
B	121 800\$00	120 300\$00	106 300\$00	106 100\$00
C	100 200\$00	99 000\$00	89 500\$00	88 900\$00
D	91 900\$00	90 600\$00	82 300\$00	82 000\$00
E	87 300\$00	86 000\$00	78 100\$00	77 900\$00
F	82 900\$00	81 900\$00	74 400\$00	74 000\$00
G	74 600\$00	73 300\$00	66 300\$00	66 100\$00
H	66 100\$00	65 200\$00	59 000\$00	58 400\$00
I	62 100\$00	61 200\$00	55 200\$00	54 700\$00
J	56 500\$00	55 600\$00	50 500\$00	50 000\$00
L	48 400\$00	47 700\$00	45 300\$00	44 600\$00
M	41 700\$00	40 800\$00	33 700\$00	33 600\$00
N	32 800\$00	32 600\$00	30 000\$00	29 700\$00

B) Restaurantes, cafés e estabelecimentos similares

(Período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1991)

Níveis	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
A	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
B	112 500\$00	105 300\$00	99 000\$00	86 000\$00
C	92 600\$00	88 200\$00	82 900\$00	69 800\$00
D	84 100\$00	80 800\$00	74 500\$00	63 900\$00
E	80 100\$00	77 700\$00	71 900\$00	61 000\$00
F	76 500\$00	74 300\$00	68 900\$00	58 400\$00
G	69 900\$00	68 700\$00	63 100\$00	53 200\$00
H	62 100\$00	60 500\$00	56 300\$00	47 900\$00
I	57 500\$00	55 200\$00	50 900\$00	43 900\$00
J	52 500\$00	50 600\$00	47 400\$00	42 600\$00
L	47 200\$00	46 100\$00	42 200\$00	41 900\$00
M	39 600\$00	39 000\$00	33 300\$00	32 000\$00
N	31 300\$00	30 700\$00	28 100\$00	27 800\$00

Faro, 23 de Maio de 1991.

Entrado em 20 de Junho de 1991.

Depositado em 20 de Agosto de 1991, a fl. 87 do livro n.º 6, com o n.º 339/91, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APOMEPA — Assoc. Portuguesa de Médicos Patologistas e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e revisão

Cláusula 1.^a

Âmbito

A presente convenção aplica-se, por um lado, às entidades patronais representadas pela APOMEPA — Associação Portuguesa dos Médicos Patologistas e, por outro, aos trabalhadores ao seu serviço, desde que representados pelas associações sindicais signatárias.

Cláusula 3.^a

Vigência e revisão

2 — A tabela de remunerações mínimas e as demais cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a 1 de Setembro de 1990.

CAPÍTULO V

Local de trabalho, transferências e deslocações

Cláusula 24.^a

Deslocações

- 4 —
- a) Um subsídio de 160\$ por cada dia completo de trabalho;

8 — Os valores fixados na alínea b) do n.º 3 e na alínea b) do n.º 4 desta cláusula são os seguintes:

Almoço/jantar — 750\$;

Alojamento com pequeno-almoço — 3000\$.

CAPÍTULO VI

Da retribuição

Cláusula 25.^a

Tabela de remunerações

2 — Os trabalhadores que exerçam com regularidade funções de pagamento e ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas no valor de 1795\$ enquanto no exercício efectivo daquelas funções.

3 — Os trabalhadores das profissões previstas no grupo I do anexo I que exerçam funções de orientação e coordenação de trabalhadores do mesmo grupo têm direito a um subsídio mensal de 2990\$ no exercício efectivo dessas funções.

4 — Os trabalhadores das funções previstas no grupo I do anexo I, quando habilitados com curso pós-básico de especialização reconhecido pela Secretaria de Estado da Saúde e no exercício efectivo dessas qualidades, têm direito a um subsídio mensal de 2655\$.

Cláusula 26.^a

Serviço de urgência

2 — Sempre que o trabalhador, por motivo de serviços de urgência, se encontrar fora do local de trabalho, mas em situação de disponibilidade, de forma contínua, perante a entidade patronal, entre o termo do período de trabalho diário e o início do seguinte, com vista à realização daqueles, tem direito a um subsídio de 745\$, 1260\$ e 2250\$ respectivamente em dia útil, descanso semanal complementar e descanso semanal, independentemente da prestação efectiva de trabalho.

Cláusula 27.^a

Diuturnidades

1 — Os trabalhadores têm direito a uma diuturnidade no valor de 950\$ por cada quatro anos de permanên-

cia ao serviço da mesma entidade patronal, até ao limite de cinco diuturnidades, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

Cláusula 30.^a

Subsídio de alimentação

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT terão direito a um subsídio de alimentação no valor de 280\$ por cada período de trabalho efectivamente prestado.

Cláusula 80.^a

Retroactivos

Os retroactivos poderão ser pagos em prestações até ao final do mês de Outubro de 1991.

ANEXO III

Tabela de remunerações mínimas

Níveis	Profissões e categorias profissionais	Remunerações
I	A Técnico superior de laboratório ...	90 000\$00
	B Contabilista/técnico de contas	81 600\$00
II	Chefe de secção Guarda-livros Secretário de direcção	70 900\$00
III	Técnico de análises anátomo-patológicas. Técnico de análises clínicas Técnico de radiologia Técnico de radioterapia Primeiro-escriturário	63 400\$00

Níveis	Profissões e categorias profissionais	Remunerações
IV	Ajudante técnico de análises clínicas Dactilógrafo com mais de seis anos Encarregado de câmara escura Estagiário de técnico paramédico... Motorista de ligeiros Praticante Segundo-escriturário	54 250\$00
V	Assistente de consultório Dactilógrafo de três a seis anos... Terceiro-escriturário	45 750\$00
VI	Auxiliar de laboratório Auxiliar de radiodiagnóstico Contínuo Dactilógrafo até três anos Empregado de serviços externos... Estagiário dos 1.º e 2.º anos	44 700\$00
VII	Trabalhador de limpeza	40 100\$00

Lisboa, 25 de Julho de 1991.

Pela APOMEPA — Associação Portuguesa dos Médicos Patologistas:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seus sindicatos filiados:

SITASE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
Sindicato Democrático do Comércio, Escritórios e Serviços/Centro-Norte (SINDCES/C-N):

Luís Azinheira.

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 14 de Agosto de 1991.

Depositado em 19 de Agosto de 1991, a fl. 87 do livro n.º 6, com o n.º 338/91, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

ACT entre a VIALGARVE — Diversões, Excursões e Desportos, L.^{da}, e outras e o Sind. dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante (excursões marítimas turísticas) — Alteração salarial

Cláusula 2.^a

Vigência, denúncia e revisão

1 — (Igual.)

2 — (Igual.)

3 — O presente ACT no que se refere à tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária produz efeitos

a partir de 1 de Maio de 1991 e terá a duração de 12 meses.

4 — (Igual.)

5 — (Igual.)

6 — (Igual.)

7 — (Igual.)

8 — (Igual.)

ANEXO II

Tabela salarial

- 1 — Mestre do tráfego local — 52 800\$.
- 2 — Marinheiro do tráfego local — 41 500\$.

Faro, 29 de Abril de 1991.

Pelo Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante:

(Assinatura ilegível.)

Pela VIALGARVE — Diversões, Excursões e Desportos, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela COSTAMAR — Camping Internacional de Turismo, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela ALGARVESOL — Empreendimentos Turísticos, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pela GUADITUR — R. J. Rodrigues, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela TRANSGUADIANA — Transportes Fluviais de Turismo, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 16 de Agosto de 1991.

Depositado em 20 de Agosto de 1991, a fl. 87 do livro n.º 6, com o n.º 340/91, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.